



IBIUNA AÇÕES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
(“Ibiuna”)

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

(“Política”)

MARÇO/2024



Sumário

1. Objetivo e Aplicabilidade	3
2. Base Legal	4
2.1. Interpretação e Aplicabilidade da Política	4
3. Responsabilidades e Obrigações	5
4. Regime de Presunções	5
5. Planos de Investimento e Desinvestimento	6
6. Regra Geral de Negociações	7
6.1. Negociações Vedadas	8
6.2. Negociação com <i>Holding Period</i>	8
6.3. Exceções	9
6.4. Negociações Permitidas	10
6.5. Aviso Legal	10
7. Aquisição de Fundos Geridos pela Ibiuna	10
8. Atuação da Ibiuna ou Colaboradores na Contraparte dos Fundos	11
9. Investimento de Recursos Próprios da Ibiuna	11
10. Vigência e Atualização	12
ANEXO I	13

1. Objetivo e Aplicabilidade

Determinar procedimentos e normas para os investimentos pessoais de todos aqueles que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança (“Colaboradores”) com a Ibiuna, bem como de seus familiares diretos (cônjuges, companheiros, filhos, enteados, desde que convivam no mesmo domicílio ou sejam dependentes financeiros do Colaborador), qualquer pessoa jurídica na qual os Colaboradores detenham participação societária relevante ou poder de controle, os quais para fins desta Política também estarão abarcados pela definição de Colaboradores.

Em algumas circunstâncias, determinados familiares diretos podem ser descaracterizados como pessoas sujeitas a esta Política, desde que haja uma expressa autorização do Diretor de Riscos e *Compliance*.

Para conceder tal autorização, o Diretor de Riscos e *Compliance* considerará os seguintes aspectos, dentre outros que se façam relevantes na análise do caso concreto:

- (i) familiar direto ou dependente que trabalhe para outra instituição financeira e deva cumprir as regras de tal instituição;
- (ii) familiar direto ou dependente que não atue diretamente na gestão discricionária de seus investimentos;
- (iii) existência de investimentos anteriores a esta Política;
- (iv) a completa segregação dos investimentos do familiar direto ou dependente com os investimentos da Ibiuna e seus veículos geridos;
- (v) o familiar direto ou dependente que não possuir qualquer tipo de contato direto ou indireto com as atividades da Ibiuna; e
- (vi) a ausência de conflitos de interesses com a Ibiuna.

Ainda, na hipótese de conceder a autorização para desconsideração de familiar direto como pessoa sujeita à esta Política, o Diretor de Riscos e *Compliance* avaliará se o respectivo Colaborador recebeu treinamento para não dividir informações confidenciais de propriedade da Ibiuna.

Anualmente, os Colaboradores emitirão Declaração de Investimentos, nos moldes do Anexo I, confirmando o cumprimento desta Política.



As instruções aqui expostas devem ser aplicadas em todas as negociações pessoais realizadas pelos Colaboradores nos mercados financeiro e de capitais.

2. Base Legal

- (i) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”): Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários;
- (ii) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”) e seus Anexos Normativos: Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos;
- (iii) Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) (“Código AGRT”);
- (iv) Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, especialmente seu Anexo Complementar III (“Regras e Procedimentos do Código AGRT”); e
- (v) Demais manifestações e ofícios orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores aplicáveis às atividades da Ibiuna.

2.1. Interpretação e Aplicabilidade da Política

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a fundos abrangem as classes e subclasses; (c) as referências a classes abrangem as subclasses; e (d) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, observado o disposto na Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis, no que couberem, aos fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 (i.e., 02/10/2023) e aos fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. A Ibiuna e os fundos deverão observar as regras da Instrução nº CVM 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”) e de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de fundos de investimento sob gestão, inclusive, no que diz respeito à responsabilidade e às atribuições da Ibiuna enquanto gestora da carteira dos fundos até a data em que tais fundos se adaptem às regras da Resolução CVM 175.

3. Responsabilidades e Obrigações

A coordenação e o monitoramento das atividades relacionadas a esta Política é uma atribuição da Equipe de Riscos e *Compliance*, liderada pelo Diretor de Riscos e *Compliance* da Ibiuna.

A Equipe de Riscos e *Compliance* deverá verificar as informações fornecidas pelos Colaboradores sobre seus investimentos e, nos casos em que houver fundada suspeita de conduta em dissonância com o previsto nesta Política, submetê-los à apreciação do Diretor de Riscos e *Compliance* para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Qualquer má conduta ou omissão com relação a esta Política será considerada como negligência profissional e descumprimento da presente Política, sujeitando o Colaborador envolvido às devidas sanções legais, regulamentares e disciplinares, nos termos do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da Ibiuna.

4. Regime de Presunções

Nos termos da Parte Geral da Resolução CVM 175 e em linha com o Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da Ibiuna, é vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de cotas em mercados organizados.

Para configuração do delito de negociação de cotas do fundo mediante o uso de informação relevante ainda não divulgada, são observadas as seguintes presunções:

- (i) a pessoa que negociou cotas do fundo dispondo de informação relevante ainda não divulgada fez uso de tal informação na referida negociação;
- (ii) os Colaboradores da Ibiuna que participam de decisões relacionadas à gestão da carteira de ativos dos fundos sob gestão têm acesso a toda informação relevante ainda não divulgada a respeito do fundo;
- (iii) caso aplicável, os cotistas que participem das decisões relacionadas à gestão da carteira de ativos do fundo têm acesso a toda informação relevante ainda não divulgada a respeito do fundo do qual são cotistas;
- (iv) as pessoas listadas nos incisos (ii) e (iii) acima, bem como aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Ibiuna, ao terem tido



acesso à informação relevante ainda não divulgada ao mercado, sabem que se trata de informação privilegiada; e

- (v) a Ibiuna, na qualidade de Prestadora de Serviço Essencial, se afaste ou seja afastada do fundo, dispondo de informação relevante e ainda não divulgada, se valer de tal informação, caso negocie cotas no período de 3 (três) meses contados do seu afastamento.

As presunções acima descritas (a) são relativas e devem ser analisadas em conjunto com outros elementos que indiquem se o ilícito de negociação mediante o uso de informação relevante ainda não divulgada, foi ou não, de fato, praticado; e (b) podem, se for o caso, ser utilizadas de forma combinada.

A proibição de negociação de cotas do fundo não se aplica a subscrições de novas cotas, sem prejuízo da incidência das regras que dispõem sobre a divulgação de informações no contexto da emissão e distribuição de cotas, notadamente, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.

5. Planos de Investimento e Desinvestimento

Sem prejuízo do disposto acima, os Diretores da Ibiuna, conforme definido no Contrato Social da Ibiuna, e os Colaboradores podem formalizar plano individual de investimento e desinvestimento, com o objetivo de afastar a aplicabilidade das presunções previstas na regulamentação (“Plano de Investimento e Desinvestimento”), o qual deve:

- (i) ser formalizado por escrito;
- (ii) ser passível de verificação, inclusive no que diz respeito à sua formalização e à realização de qualquer alteração em seu conteúdo;
- (iii) estabelecer, em caráter irrevogável e irretratável, as datas ou os eventos e os valores ou as quantidades dos negócios a serem realizados pelos participantes, podendo inclusive se valer de metodologias consistentes e passíveis de verificação para a determinação de tais valores ou quantidades de negócios; e
- (iv) prever prazo mínimo de 3 (três) meses para que o próprio Plano de Investimento e Desinvestimento, suas eventuais modificações e seu cancelamento produzam efeitos.

É vedado aos Diretores da Ibiuna e aos seus Colaboradores manter simultaneamente em vigor mais de um Plano de Investimento e Desinvestimento relativamente à mesma classe de cotas e realizar operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações a serem determinadas pelo Plano de Investimento e Desinvestimento,



sem prejuízo de o Plano de Investimento e Desinvestimento poder contar com operações com derivativos que possam produzir efeitos análogos.

6. Regra Geral de Negociações

Como regra geral, a Ibiuna espera que os Colaboradores dediquem seu horário de trabalho servindo tão somente aos interesses da Ibiuna, de seus clientes e investidores. Assim, os investimentos pessoais dos Colaboradores e outras operações financeiras pessoais devem seguir a filosofia de investimento de longo prazo, e não de negociação especulativa e de curto prazo.

O Colaborador pode realizar investimentos nos mercados financeiro e de capitais através de instituições locais e internacionais, desde que estas instituições possuam boa reputação no mercado financeiro ou de capitais em que atuem e que as operações não violem esta Política, o Código de Ética e demais normas aplicáveis à Ibiuna.

As aplicações e os investimentos realizados em benefício do próprio Colaborador no mercado financeiro não devem interferir negativamente no desempenho das atividades profissionais e devem ser totalmente segregados das operações realizadas em nome da Ibiuna, de modo a evitarem potenciais conflitos de interesses.

O Colaborador não pode, de qualquer forma, se valer de informações obtidas em decorrência de sua atuação profissional junto à Ibiuna para obter vantagens econômicas e/ou financeiras com investimento ou desinvestimentos em ativos financeiros.

Os Colaboradores se obrigam irrevogavelmente a (a) observar quaisquer períodos de restrição à negociação estabelecidos pela Equipe de Riscos e *Compliance* e (b) desfazer, de acordo com a orientação apresentada pela Equipe de Riscos e *Compliance*, os efeitos da operação realizada, ainda que com prejuízo, se esta for a determinação da Equipe de Riscos e *Compliance*, que poderá não divulgar o fundamento de sua decisão.

Adicionalmente, os princípios que regem os investimentos pessoais por Colaboradores são:

- › O dever de sempre colocar os interesses dos clientes, da Ibiuna bem como a integridade dos mercados, em primeiro lugar;

- › A necessidade de que todos os negócios pessoais com títulos e valores mobiliários e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro sejam coerentes com esta Política, de forma a evitar conflitos de interesse; e
- › Os Colaboradores integrantes da Equipe de Gestão não poderão tirar vantagens inadequadas da atividade que exercem, zelando sempre pela imagem da Ibiuna.

6.1. Negociações Vedadas

Os Colaboradores **não** poderão:

- › Enquanto estiverem de posse de informação não pública relevante que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado, negociar determinado valor mobiliário (“Informações Privilegiadas”) a respeito do emissor de qualquer ativo, comprar, vender ou recomendar a compra ou a venda daquele ativo para sua conta ou de terceiros, mesmo que tal informação não tenha sido obtida em decorrência do exercício de sua função;
- › Negociar com base em qualquer informação confidencial de que tenha conhecimento ou encorajar qualquer pessoa a fazê-lo. Nesse sentido, não se faz importante a forma pela qual a informação foi adquirida, e/ou se é Informação Privilegiada;
- › Comprar ou vender ativos financeiros com base no conhecimento de negociações propostas por investidores ou mesmo pela Ibiuna ou de relatórios a serem publicados;
- › Realizar operações de *day trade*;
- › Negociar com derivativos que não os de câmbio para proteção do patrimônio financeiro; e
- › Adquirir ou negociar demais ativos financeiros que não foram expressamente mencionados nesta Política.

Para efeitos desta Política, “negociar” contempla não apenas operações de compra e venda de ativos, mas também operações que envolvem contratos de empréstimos (aluguel de ações) seja na posição doadora ou tomadora, conforme Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2021.

6.2. Negociação com Holding Period

Os Colaboradores poderão adquirir as seguintes modalidades de ativos, desde que haja a manutenção dos ativos, por, no mínimo, **90 (noventa) dias** contados a partir da data de sua aquisição:

- › ativos de renda variável (ações) e participar de IPOs, seja de ativos emitidos no Brasil ou exterior;
- › ativos de crédito, exceto ativos de crédito com liquidez diária (emitidos no Brasil ou exterior);
- › Derivativos de câmbio, exclusivamente para hedge do patrimônio financeiro do Colaborador, cônjuge e dependentes financeiros;
- › Cotas de ETFs (locais e no exterior);
- › Cotas de classes de fundos de investimento negociados em bolsa (e.g., fundos de investimento imobiliários, fundos de investimento em infraestrutura, FIAGRO, dentre outros); e
- › Títulos públicos emitidos no Brasil ou exterior.

6.3. Exceções

Todas as operações que não se enquadrarem nos ativos permitidos, relacionados abaixo, devem ser reportadas e submetidas previamente à aprovação do Diretor de Riscos e *Compliance*, por meio de requerimento escrito, no qual se indique:

- (i) a instituição financeira por meio da qual o Colaborador pretende viabilizar o investimento;
- (ii) o valor em reais ou em dólares, conforme aplicável, do investimento; e
- (iii) a quantidade e a especificação dos valores mobiliários que o Colaborador em questão pretende adquirir.

O Comitê de Riscos e *Compliance* poderá autorizar, em caráter excepcional, prévia e expressamente, exceções às vedações a investimentos previstas nesta Política ou autorizar a redução do *holding period*, e deverá prestar esclarecimentos aos Colaboradores em caso de dúvidas sobre a aplicação de tais vedações.

Salvo conforme aprovado previamente pelo Comitê de Riscos e *Compliance*, qualquer Colaborador que detenha, na data de sua adesão a esta Política, um investimento que não seja permitido nos termos aqui previstos deverá alienar ou resgatar tal investimento e entregar, no prazo fixado pelo Comitê de Riscos e *Compliance*, comprovação suficiente de que tal alienação ou resgate foi feito ou solicitado, cumprir com outros requisitos impostos pelo Comitê de Riscos e *Compliance*.

6.4. Negociações Permitidas

São permitidas a realização das seguintes negociações:

- › Cédulas de Crédito Bancário - CDBs;
- › Ativos de crédito com liquidez diária;
- › Fundos de investimento regulados pela CVM, exceto cotas de fundos de investimento negociados em bolsa; e
- › Poupança.

6.5. Aviso Legal

Visando garantir o monitoramento das regras estabelecidas e o cumprimento das obrigações legais e regulatórias, fica reservado à Ibiuna o direito de consultar as informações sobre os investimentos pessoais do Colaborador (conforme definido no item 1 acima “Objetivo e Aplicabilidade”), mencionado nesta Política, diretamente com as instituições que atuam como bolsa de valores, bolsa de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado, além de entidades externas de regulação e autorregulação de mercado. Ao ter acesso às informações de negociação pessoal dos Colaboradores, a Ibiuna se compromete a cumprir toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), e conferir o adequado tratamento aos dados e informações obtidos.

7. Aquisição de Fundos Geridos pela Ibiuna

Os Colaboradores podem investir em fundos geridos pela Ibiuna, observadas as seguintes condições:

- (i) É vedada a aplicação ou resgate dos fundos caso o Colaborador esteja em posse de Informação Privilegiada, relativamente ao respectivo fundo, que possa resultar em alteração significativa do valor das cotas do fundo (em qualquer direção), tais como situações relativas à precificação e liquidez de ativos, incluindo resgates relevantes que não sejam de conhecimento dos demais Investidores e que possam resultar em um aumento ou diminuição do valor do fundo e suas respectivas cotas; e/ou

- (ii) Quaisquer declarações, verbais ou escritas, fornecidas por Colaboradores a investidores ou prospectos em relação a seus investimentos pessoais nos fundos devem ser inteiramente verdadeiras e não manipulativas. Tais declarações não devem ser feitas com o intuito de interferir indevidamente na decisão de investimento dos Investidores, ou incidir no uso indevido de Informações Privilegiadas, manipulação de mercado ou violação do dever de confidencialidade.

8. Atuação da Ibiuna ou Colaboradores na Contraparte dos Fundos

Nos termos da Resolução CVM 21, é vedado à Ibiuna atuar como contraparte, direta ou indiretamente, em negócios com fundos, exceto nos casos dos fundos de investimentos, desde que tal previsão conste expressamente em seu regulamento.

Embora não seja prática da Ibiuna, na realização de operações cruzadas entre os Fundos ou tendo a própria Ibiuna como contraparte, as regras estipuladas no Código de Ética da Ibiuna devem ser adotadas de forma a conceder o devido tratamento para potenciais conflitos de interesses.

A Equipe de Riscos e *Compliance* deverá revisar essas operações, em relatório apartado, para se certificar de que não houve benefício ou prejuízo injusto para nenhum dos envolvidos na operação. A Equipe de Riscos e *Compliance* deverá manter arquivo apartado documentando as operações em que a Ibiuna tenha sido contraparte dos Fundos, pelo previsto em regulamentação.

9. Investimento de Recursos Próprios da Ibiuna

A Ibiuna não realizará a gestão ativa de seus recursos próprios, sendo que seu caixa será destinado exclusivamente para pagamento de despesas e distribuição de lucros aos sócios, e ficará aplicado exclusivamente em títulos públicos, fundos de investimento DI de terceiros de liquidez imediata, CDB de Banco de primeira linha ou outros títulos de renda fixa permitidos nesta Política.

Sem prejuízo disto, na hipótese de, no futuro, a Ibiuna ter interesse em realizar investimentos em ativos financeiros e valores mobiliários em seu nome ou mesmo estruturar fundos de investimento exclusivos de Colaboradores, deverão ser observadas as mesmas regras e vedações já dispostas na presente Política, a fim de evitar a configuração de potenciais conflitos de interesse entre tais investimentos e a atuação da Ibiuna como administradora de carteiras de valores mobiliários, sem



prejuízo da observância de eventuais regras e limites previstos na regulamentação aplicável.

10. Vigência e Atualização

Esta Política será revisada **anualmente**, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

Histórico de atualizações		
Versão ¹	Data	Responsável
1ª e atual	Março de 2024	Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>

¹ Em março de 2024, a presente Política foi revisada e adaptada às demandas regulatórias da Resolução CVM 175. A Ibiuna optou por considerar como primeira versão da Política este novo formato, razão pela qual não estão sendo consideradas suas versões anteriores e respectivas datas.



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Através deste instrumento eu, _____, declaro, para os devidos fins, ter observado integralmente, no ano anterior, a Política de Investimentos Pessoais (“Política”) da “Ibiuna”, da qual tomei conhecimento e com a qual concordei.

Declaro ainda que, nesta data:

- (i) meu nível de endividamento pessoal encontra-se plenamente de acordo com minha remuneração e com meu patrimônio;
- (ii) não realizei quaisquer investimentos ou operações em desacordo com a Política e os reportes realizados por mim no ano anterior são a expressão fiel e integral dos investimentos que detenho nos mercados financeiro e de capitais que estejam sujeitos a restrições nos termos da Política; e
- (iii) entendo que a presente declaração faz parte das políticas adotadas pela Ibiuna em estrito cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 21.

Declaro, por fim, estar ciente de que a apresentação de falsa declaração me sujeitará não somente às penalidades estabelecidas nos Manuais internos da Ibiuna, mas também às penalidades da Lei.

[local], [data].

[COLABORADOR]